SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital

REVISTA ACADÊMICA
DIGITAL

ISSN 2595-5934

MAI 2025 EDIÇÃO Nº 85



REVISTA ACADÊMICA
DIGITAL

PERIODICIDADE
MENSAL

IDIOMAS
PORTUGUÊS E INGLÊS

www.souzaeadrevistaacademica.com.br

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
MAI 2025 EDIÇÃO Nº85

ORIENTAÇÃO ESCOLAR: PROMOVENDO A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

SCHOOL GUIDANCE: PROMOTING THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD)

SILVA, Rafaelle Pereira[1]

RESUMO

Esta investigação aborda a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares, destacando o papel fundamental do orientador escolar nesse processo. O estudo tem como objetivo investigar os desafios enfrentados por esses profissionais na implementação de práticas inclusivas, contribuindo para a formação de políticas educacionais mais eficazes. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica que analisa estudos e documentos relevantes sobre a atuação dos orientadores e as estratégias de inclusão. Os resultados indicam que, apesar dos avanços legais, ainda existem obstáculos significativos à inclusão, como a falta de formação específica para educadores e a necessidade de adaptação às particularidades dos alunos autistas. As considerações finais enfatizam a importância do orientador escolar como mediador entre a escola e a família, promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo. Além disso, destaca-se a necessidade de formação continuada para permitir o desenvolvimento de estratégias personalizadas e eficazes. A pesquisa sugere que um trabalho colaborativo entre toda a equipe escolar é vital para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa. Por fim, ressalta-se que a abordagem integrada é essencial para proporcionar um atendimento eficaz, assegurando que as práticas de inclusão se traduzam em ações concretas no cotidiano escolar, promovendo um espaço educacional mais justo e acessível para todos.

Palavras-chave: Inclusão. Orientador Escolar. Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

This research addresses the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in regular schools, highlighting the fundamental role of school counselors in this process. The study aims to investigate the challenges faced by these professionals in implementing inclusive practices, contributing to the development of more effective educational policies. To this end, a literature review was carried out that analyzed relevant studies and documents on the role of counselors and inclusion strategies. The results indicate that, despite legal advances, there are still significant obstacles to inclusion, such as the lack of specific training for educators and the need to adapt to the particularities of autistic students. The final considerations emphasize the

[1] Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Maranhão e Pós-Graduação em Gestão Escolar pela Faculdade FaSouza. rafaelle.pereirasilva@hotmail.com

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
MAI 2025 EDIÇÃO Nº85

importance of school counselors as mediators between school and family, promoting a welcoming and inclusive environment. In addition, the need for ongoing training to enable the development of personalized and effective strategies is highlighted. The research suggests that collaborative work among the entire school team is vital to ensure that all students have access to a quality and equitable education. Finally, it is highlighted that an integrated approach is essential to provide effective care, ensuring that inclusion practices translate into concrete actions in everyday school life, promoting a fairer and more accessible educational space for all.
Keywords: Inclusion. School Counselor. Autism Spectrum Disorder.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares é um tema de crescente relevância no contexto educacional contemporâneo. Nesse sentido, este estudo busca investigar o papel do orientador escolar na promoção dessa inclusão, a partir de uma revisão bibliográfica, partindo do seguinte questionamento: Quais os principais desafios enfrentados pelos orientadores escolares na implementação de práticas inclusivas para alunos com TEA?

Nos últimos anos, a sociedade tem se mobilizado para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. No entanto, a efetivação dessa inclusão ainda enfrenta obstáculos significativos. Assim sendo, a literatura existente acerca desse assunto aponta diversas práticas e estratégias que podem ser adotadas pelos orientadores escolares, contudo ainda há lacunas na compreensão sobre como esses profissionais lidam com os desafios impostos pela implementação de políticas inclusivas.

Nesse ínterim, esta pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, analisando estudos, artigos e documentos relevantes que abordam o papel do orientador escolar na inclusão de alunos com autismo. Os objetivos do estudo são: sintetizar o processo histórico da educação inclusiva no Brasil, identificar as práticas e estratégias utilizadas pelos orientadores escolares, associados aos professores, para apoiar a inclusão de alunos com autismo; investigar os desafios enfrentados por esses profissionais na implementação de políticas inclusivas.

A realização deste estudo, justifica-se, portanto, pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o papel do orientador escolar na inclusão de alunos

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
MAI 2025 EDIÇÃO Nº85

com TEA, pois tal compreensão pode contribuir para a formação de políticas educacionais mais eficazes e sensíveis às necessidades desses estudantes. Além disso, a pesquisa visa oferecer subsídios para a formação continuada de educadores, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

Dessa forma, este artigo não apenas busca responder a questões relevantes sobre a atuação do orientador escolar, mas também pretende contribuir para o fortalecimento da inclusão de alunos com TEA no recinto escolar. A partir disso, é possível que educadores e gestores reflitam sobre suas práticas e busquem melhorias contínuas na educação inclusiva. Em suma, a expectativa é que os resultados desta pesquisa inspirem ações concretas que promovam um ambiente educacional mais justo e acessível para todos.

1. CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL

No decurso da trajetória histórica, indivíduos com deficiência e transtornos têm enfrentado obstáculos significativos, tanto devido à falta de compreensão sobre essas condições em épocas passadas quanto ao desprezo que ainda persiste nos dias atuais. Apesar da existência de legislações que garantem direitos e responsabilidades, a sociedade ainda não está plenamente pronta para a inclusão, o que leva essas pessoas a procurarem maneiras de se adaptar ao seu entorno.

Assim sendo, ressalta-se que a educação inclusiva é uma abordagem que visa assegurar que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso equitativo à educação em ambientes regulares. Tal prática se fundamenta no acolhimento da diversidade, promovendo um ambiente escolar que valoriza as diferenças individuais e permite que todos se sintam parte da comunidade educacional (BARBOSA; BEZERRA, 2021).

Barbosa e Bezerra (2021) enfatizam que, para isso, são necessárias transformações significativas no currículo e nas metodologias de ensino, que devem ser adaptadas para atender às diversas necessidades e ritmos de aprendizagem dos alunos, garantindo que todos tenham os mesmos direitos de aprendizado. Além disso,

a formação contínua dos professores é crucial para a efetivação da educação inclusiva, pois eles precisam estar preparados para lidar com a diversidade e aplicar práticas pedagógicas que respeitem as singularidades de cada estudante.

Ademais, o estudo dos autores supracitados também aborda a evolução da educação inclusiva, destacando que as primeiras iniciativas surgiram na Europa e se propagaram para os Estados Unidos, Canadá e Brasil, impulsionadas por grupos que buscavam melhorar o acesso à educação para pessoas com deficiência. A educação especial, criada nesse contexto, focava em assistência segregada, excluindo muitos alunos do sistema educacional regular (BARBOSA; BEZERRA, 2021).

Nesse hiato, a consolidação da educação especial no Brasil resultou de esforços de minorias que desejavam garantir melhores oportunidades de aprendizado. Embora essas ações tivessem um objetivo social, muitas vezes perpetuaram a exclusão. Diante disso, é importante reconhecer essa história para compreender os desafios atuais da inclusão na escola e promover ambientes que acolham a diversidade (BARBOSA; BEZERRA, 2021).

Desse modo, a educação inclusiva no Brasil é um processo marcado por transformações significativas em percepções sociais e na implementação de políticas públicas que garantem os direitos das pessoas com deficiência. Historicamente, as décadas iniciais do século XX eram caracterizadas pela exclusão e segregação desse grupo, que frequentemente era institucionalizado e privado de acesso ao sistema educacional formal. No entanto, a partir da década de 1980, um movimento da sociedade civil começa a emergir, questionando tais práticas e buscando a inclusão social, embora de maneira ainda incipiente (BUENO; BUENO; PORTULHO, 2023).

Ademais, na década de 1990, o Brasil se compromete a garantir educação para todos, incluindo pessoas com deficiência, especialmente após a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia. A Declaração de Salamanca, em 1994, representa um marco importante, pois enfatiza que a educação deve se adaptar à diversidade dos alunos (BRASIL, 1994). Outrossim, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 estabelece a importância da educação inclusiva, reconhecendo a necessidade de um atendimento educacional especializado (BRASIL, 1996).

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
MAI 2025 EDIÇÃO Nº85

Os avanços continuam com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2003, que promove a integração de alunos com deficiência em escolas regulares. A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em 2015, reforça e amplia esses direitos educacionais. Apesar de todos esses progressos, muitos desafios ainda permanecem, exigindo um comprometimento contínuo para garantir que a inclusão e a participação das pessoas com deficiência sejam efetivas no ambiente educacional brasileiro (BRASIL, 2015).

Conforme Carlotto, Danelichem e Billerbeck (2021) para que uma escola se torne verdadeiramente inclusiva, é imprescindível que ela se ajuste a todos os alunos, e não apenas àqueles com necessidades especiais. Isso envolve reestruturar sua organização pedagógica e proporcionar um atendimento especializado que permita a cada estudante participar ativamente da vida escolar. Contudo, a mera integração do aluno com deficiência em uma sala de aula não é suficiente; é necessário que a escola altere sua estrutura para garantir que todos sejam tratados de maneira justa.

2. PRÁTICAS COLABORATIVAS: ESTRATÉGIAS DOS ORIENTADORES ESCOLARES E PROFESSORES NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO

No caminho rumo à inclusão, o orientador escolar se destaca como uma ferramenta essencial de apoio na prática junto aos profissionais que compõem a equipe escolar, como supervisores, gestores e docentes. Essa profissão, ao longo de sua trajetória no Brasil, passou por significativas transformações, inicialmente seguindo o modelo estadunidense voltado para as atribuições vocacionais dos estudantes. Segundo Pimenta (1998) apud Passos, Soares e Malta (2024) o papel do orientador educacional surgiu a partir das ações de orientação profissional nos Estados Unidos na década de 1930, em resposta às profundas mudanças tecnológicas, científicas e industriais da época.

No contexto brasileiro, a prática de orientação escolar foi fundamentada em leis, movimentos sociais, regulamentações e decretos, tornando-se parte integrante do ambiente escolar. Dessa maneira, essa prática contribui para o desenvolvimento

dos estudantes por meio de escuta ativa, olhar preventivo, adaptações nas rotinas escolares, sondagem, autoconhecimento e construção de relações pessoais (PASSOS; SOARES; MALTA, 2024).

De acordo com Passos, Soares e Malta (2024), os profissionais que atuam na orientação educacional precisam realizar suas ações de forma integrada, pois, quando isolados, suas intervenções tendem a ser ineficazes para a formação de cidadãos autônomos. Por isso, é fundamental que a equipe da comunidade escolar esteja alinhada em suas ações atitudinais, organizacionais e de planejamento, garantindo um suporte mais eficaz aos estudantes.

Assim sendo, a orientação educacional é essencial na melhoria da experiência dos educadores na inclusão de alunos com necessidades especiais, visto que os orientadores atuam como mediadores entre os profissionais da escola, facilitando a articulação de ações colaborativas e promovendo a troca de experiências que enriquecem o ambiente escolar. Essa mediação é crucial para garantir suporte adequado a todos os alunos (ANTUNES, 2022).

Nesse ínterim, a formação contínua dos orientadores é igualmente importante, pois os capacita com conhecimentos atualizados sobre legislações e metodologias inclusivas. Isso não só aumenta a confiança dos professores, mas também os prepara para lidar com a diversidade em sala de aula de forma efetiva. Essa formação permite que os educadores desenvolvam práticas que atendam às necessidades específicas de seus alunos (ANTUNES, 2022).

Além disso, os orientadores oferecem apoio personalizado aos professores na elaboração de planos de ensino que considerem as especificidades dos alunos com deficiência. Esse suporte facilita a implementação de práticas inclusivas, ajudando os educadores a se sentirem mais capazes e motivados a enfrentar os desafios do dia a dia (ANTUNES, 2022).

Para Antunes (2022) a criação de espaços de diálogo e a sensibilização da comunidade escolar são fundamentais na atuação dos orientadores. Eles promovem discussões sobre inclusão, incentivando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos. Tal enfoque fortalece a rede de apoio na escola, assegurando que as necessidades dos alunos com deficiência sejam efetivamente atendidas.

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
MAI 2025 EDIÇÃO Nº85

No que diz respeito aos alunos com TEA, Silva (2021) enfatiza a importância de uma abordagem inclusiva e adaptativa no trabalho com esses discentes. Ela argumenta que os professores devem observar atentamente as particularidades de cada aluno, identificando comportamentos que possam indicar dificuldades ou transtornos de aprendizado. Nesse contexto, a comunicação contínua com os pais é considerada essencial, uma vez que pode fornecer insights valiosos sobre o desenvolvimento e as necessidades dos estudantes.

Ademais, a autora sugere que a elaboração de planos de intervenção e inclusão mostra-se como uma estratégia fundamental para promover a inclusão efetiva. Recomenda-se que os docentes, em colaboração com psicopedagogos, estabeleçam metas específicas para cada aluno, garantindo que as intervenções sejam graduais e personalizadas. A flexibilidade nas metodologias de ensino também é ressaltada como crucial, permitindo que os educadores ajustem suas abordagens conforme as singularidades e interesses dos alunos (SILVA, 2021).

Silva (2021) também destaca a importância de uma colaboração abrangente entre toda a equipe escolar, pois o comprometimento de todos os profissionais é vital para implementar práticas inclusivas. Ela argumenta que deve haver um foco contínuo na promoção da autoestima e motivação dos alunos autistas, criando um ambiente que favoreça sua aceitação e participação ativa nas atividades escolares. Essas estratégias visam garantir uma educação mais equitativa e respeitosa, promovendo a inclusão plena dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar.

O Orientador Educacional (OE) é um profissional associado diretamente ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), responsável por garantir a permanência dos alunos na escola e atuar como assessor dos professores. Ele orienta a equipe escolar na elaboração de estratégias e recursos adaptados às particularidades de cada estudante, promovendo uma abordagem inclusiva e eficaz no ambiente educacional (APRATO, 2022).

No caso de crianças com autismo, portanto, o orientador escolar desempenha um papel primordial ao mediar a relação entre a escola e a família, utilizando laudos de especialistas para promover uma melhor compreensão do autismo. Além disso, o

orientador auxilia os docentes na escolha das abordagens adequadas para trabalhar com essas crianças, contribuindo para a adaptação do ambiente escolar às suas necessidades (APRATO, 2022).

Em suma, há várias estratégias inclusivas que podem ser implementadas para apoiar alunos autistas nas escolas. É essencial que orientadores, professores e demais profissionais da educação busquem se informar sobre o autismo, suas características e necessidades específicas. Esse conhecimento contribui para a criação de um ambiente mais acolhedor e para uma melhor compreensão das dificuldades e habilidades dos alunos (AMBROSIM; AMBROSIM, 2024).

Dessa forma, adaptar o currículo e as atividades às necessidades individuais dos alunos autistas, torna-se crucial. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, como imagens e cronogramas, e a divisão de tarefas em etapas menores. Como muitos alunos autistas enfrentam dificuldades na comunicação verbal, é importante considerar estratégias de comunicação alternativa, como sistemas de comunicação por imagens e gestos simples. Criar um ambiente físico estruturado e previsível, com áreas delimitadas e rotinas claras, também é benéfico para esses alunos (AMBROSIM; AMBROSIM, 2024).

3. OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA E O ALUNO COM TEA

Os orientadores escolares enfrentam diversas dificuldades na prática da inclusão, entre as quais se destaca o preconceito e a resistência por parte dos pais de alunos que não compreendem as necessidades das crianças em processo de inclusão. Para Silva (2018) essa resistência é especialmente evidente em casos de crianças no espectro autista, em que a falta de compreensão sobre as rotinas e comportamentos desses alunos gera tensões e prejuízos à integração social e educacional. Por isso, é necessário que os orientadores desenvolvam estratégias de sensibilização para minimizar o preconceito e promover um ambiente escolar mais inclusivo.

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
MAI 2025 EDIÇÃO Nº85

Outra dificuldade significativa é a falta de recursos educacionais adequados. A ausência de materiais específicos e a carência de salas para Atendimento Educacional Especializado (AEE) limitam o suporte que os orientadores podem oferecer aos alunos com necessidades especiais. Sem esses recursos, a implementação de práticas inclusivas se torna mais desafiadora, impactando diretamente na qualidade do atendimento e a experiência educacional dos alunos (SILVA, 2018).

De acordo com Ambrosim e Ambrosim (2024) a inclusão de autistas nas escolas é ainda mais desafiadora devido a diversidade dentro do espectro autista. O TEA abrange um amplo espectro de habilidades, variando desde alunos com dificuldades de comunicação e interação social mais severas até aqueles que apresentam alto funcionamento intelectual. Essa diversidade exige abordagens individualizadas e flexíveis para atender às necessidades específicas de cada aluno autista.

Além disso, a capacitação continuada dos professores que atendem esses alunos é um fator crucial que muitas vezes não é adequadamente contemplado. A falta de formação específica em práticas inclusivas e estratégias pedagógicas para lidar com a diversidade dentro da sala de aula representa um dos obstáculos mais significativos que os orientadores pedagógicos enfrentam na execução de suas funções. Esse aspecto destaca a necessidade de um investimento em formação profissional e desenvolvimento de competências para lidar com as especificidades da educação inclusiva (SILVA, 2018).

Corroborando com a abordagem supracitada, Ambrosim e Ambrosim (2024), destacam que muitos educadores não recebem formação específica sobre o TEA durante sua formação inicial ou ao longo da carreira. Em virtude dessa carência de conhecimento sobre as características do TEA e as estratégias pedagógicas apropriadas, desencadeiam-se entraves ainda maiores na adaptação do currículo, na criação de um ambiente inclusivo e na aplicação de métodos de ensino eficazes.

Em conclusão, o papel do orientador escolar na promoção da inclusão é multifacetado e crucial para a construção de um ambiente educacional justo e acolhedor. Através da formação continuada, o orientador contribui significativamente

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
MAI 2025 EDIÇÃO Nº85

para o desenvolvimento profissional de professores e funcionários, capacitando-os a lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Essa preparação não apenas melhora a qualidade do ensino, mas também fortalece a conscientização sobre a importância da inclusão, criando uma cultura escolar mais respeitosa e colaborativa (SILVA, 2018).

Além de atuar como mediador nas relações entre os diversos atores da escola, o orientador desempenha um papel central na adaptação das práticas pedagógicas. Ao colaborar com docentes na elaboração de estratégias diferenciadas, garante que todos os alunos, inclusive os que possuem TEA, tenham acesso a uma educação de qualidade. A promoção de um espaço inclusivo requer, portanto, um esforço conjunto que vai além da sala de aula, englobando toda a comunidade escolar (SILVA, 2018).

Nesse sentido, a comunicação efetiva com as famílias dos alunos autistas é outro aspecto fundamental da atuação do orientador, que deve oferecer suporte contínuo e orientar sobre como os pais podem engajar-se no processo educativo. Acrescido a isso, o acompanhamento do progresso dos alunos e a construção de parcerias com profissionais da saúde e da educação são elementares para fornecer um atendimento completo. Essa abordagem integrada assegura que as práticas de inclusão não sejam apenas teóricas, mas se traduzam em ações eficazes no cotidiano escolar (SILVA, 2018).

Portanto, a atuação do orientador educacional é vital para minimizar barreiras e promover a inclusão, reconhecendo a diversidade como um valor a ser celebrado nas escolas. Ao adotar uma postura proativa e colaborativa, o orientador se torna um agente de mudança, capaz de transformar não apenas a realidade escolar, mas também de impactar positivamente a sociedade como um todo, reforçando o compromisso com a cidadania e os direitos humanos. Em suma, a inclusão na educação exige um trabalho contínuo e dedicado, onde o orientador desempenha um papel integral na construção de um futuro mais igualitário para todos os alunos (SILVA, 2018).

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
MAI 2025 EDIÇÃO Nº85

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa foi possível constatar que, apesar dos avanços nas políticas educacionais, desafios significativos no que tange a inclusão de estudantes com TEA ainda persistem, como a falta de formação específica para educadores e a diversidade de necessidades entre os alunos autistas.

Revelou-se que o papel do orientador escolar é crucial na criação de um ambiente educativo acolhedor, pois esse profissional facilita a comunicação entre professores, famílias e a comunidade escolar, promovendo a troca de experiências e a construção de estratégias personalizadas. Desse modo, a formação continuada do orientador é vital para capacitá-lo a lidar com a diversidade de maneira eficaz.

Embora o estudo tenha alcançado seus objetivos de identificar práticas e desafios na inclusão de alunos com TEA, ele se limitou a uma revisão bibliográfica. Sugere-se que pesquisas futuras incluam investigações empíricas em escolas que implementaram práticas inclusivas, além de uma análise do impacto dessas ações no desenvolvimento dos discentes.

Em suma, a pesquisa destaca a importância de uma abordagem colaborativa na educação inclusiva, demonstrando que o suporte e a formação para orientadores escolares são essenciais para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, promovendo sua inclusão plena no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

AMBROSIM, I.; AMBROSIM, L. Autismo na escola pública: desafios e oportunidades. Revista Tópicos, v. 2, n. 7, 2024.

ANTUNES, C. M. de S.. Orientação educacional e o processo de inclusão do público-alvo da Educação Especial: as experiências do município de Mesquita/RJ. 2022. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

APRATO, E. R. C. Orientação escolar e o atendimento de alunos com autismo em um contexto pandêmico. TCC (Especialização em Gestão em Educação, Supervisão e Orientação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Alegrete, p. 25, 2022.

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
MAI 2025 EDIÇÃO Nº85

BARBOSA, A. K. G. .; BEZERRA, T. M. C. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. Ensino em Perspectivas, v. 2, n. 2, p. 1–11, 2021.

BRASIL. Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília, DF: MEC, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

BUENO, J. J.; BUENO, S.; PORTILHO, E. M. L. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023038, 2023.

CARLOTTO, S.; DANELICHEM, M. R. de A.; BILLERBECK, G. C. A inclusão do aluno autista na escola comum: desafios e possibilidades. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 10, p. 3031–3040, 2021.

PASSOS, K. L.; SOARES, J. M.; MALTA, Y. S. As contribuições da prática do serviço de orientação educacional na perspectiva da educação inclusiva. In: Congresso Nacional de Educação, 10, 2024, Campina Grande. Anais eletrônicos […] Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/109454. Acesso em: 06 mar. 2025.

SILVA, A. N. da. Formação docente e inclusão de alunos com TEA em classes regulares. Revista Científica FESA, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 3–12, 2021.

SILVA, V. M. da. O orientador educacional: atribuição e relevância no contexto da inclusão. UNISANTA Humanitas, v. 7, n. 1, p. 10-23, 2018.